



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**

MJ - Departamento de Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

500x750

**CONTRATO Nº 12/2017**

**PROCESSO Nº 08400.012146/2017-53**

**TERMO DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE  
SERVIÇOS Nº 12/2017, QUE FAZEM ENTRE SI A  
UNIÃO, POR INTERMÉDIO DA  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA POLÍCIA  
FEDERAL EM PERNAMBUCO E A EMPRESA  
TERRAS SERVICOS COMBINADOS EIRELI – EPP**

A União, por intermédio da SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL EM PERNAMBUCO, com sede na Av. Cais do Apolo, 321, na cidade de Recife/PE, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 00.394.494/0033-13, neste ato representado pelo Ordenador de Despesas Substituto, o Senhor **MARCO AURÉLIO FAVERI**, em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas por meio da Portaria nº 6.351, de 16 de maio de 2016, publicada no DOU nº 93, à página 39 da Seção II em 17 de maio de 2016, portador da Carteira de Identidade nº 66899551, expedida pela SSPPR, e CPF nº 023.758.499-90 doravante denominada CONTRATANTE, e a empresa TERRAS SERVICOS COMBINADOS EIRELI – EPP inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.607.935/0001-37, sediada na Rua Magalhães Filho, Centro, em Teresina/PI doravante designada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor **ANDRE FABRICIO ARAUJO PAIXAO**, portador da Carteira de Identidade nº 2341316, expedida pela SSP, e CPF nº 009.495.373-22, tendo em vista o que consta no Processo nº 08400.012146/2017-53 e em observância às disposições da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 2.271, de 7 de julho de 1997 e da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 2, de 30 de abril de 2008 e suas alterações, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do Pregão nº 09/2017, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços de copeiragem, que serão prestados nas condições estabelecidas no Termo de Referência, anexo do Edital.

1.2. Este Termo de Contrato vincula-se ao Edital do Pregão, identificado no preâmbulo e à proposta vencedora, independentemente de transcrição.

1.3. Objeto da contratação:

ITEM (SERVIÇO)	LOCAL DE EXECUÇÃO	QUANTIDADE / POSTOS	HORÁRIO / PERÍODO	CARGA HORÁRIA	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
I	Sede	01	Seg. à sex.	08h/dia	R\$ 2.333,21	R\$ 27.998,52





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**

MJ - Departamento de Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SDOPRE

## **2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA**

2.1. O prazo de vigência deste Termo de Contrato é aquele fixado no Edital, com início na data de 01/11/2017 e encerramento em 01/11/2018, podendo ser prorrogado por interesse das partes até o limite de 60 (sessenta) meses, desde que haja autorização formal da autoridade competente e observados os seguintes requisitos:

- 2.1.1. Os serviços tenham sido prestados regularmente;
- 2.1.2. A Administração mantenha interesse na realização do serviço;
- 2.1.3. O valor do contrato permaneça economicamente vantajoso para a Administração; e
- 2.1.4. A contratada manifeste expressamente interesse na prorrogação.

2.2. A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

## **3. CLÁUSULA TERCEIRA – PREÇO**

3.1. O valor mensal da contratação é de **R\$ 2.333,21** (Dois mil, trezentos e trinta e três reais e vinte e um centavos), perfazendo o valor total de **R\$ 27.998,52** (Vinte e sete mil, novecentos e noventa e oito reais e cinquenta e dois centavos).

3.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## **4. CLÁUSULA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

4.1. As despesas decorrentes desta contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da União, para o exercício de 2017, na classificação abaixo:

Gestão/Unidade: 00001/20398

Fonte: 0188000000

Programa de Trabalho: 06122211220000001

Elemento de Despesa: 339037.01

PI: PF99901AG17

4.2. No(s) exercício(s) seguinte(s), correrão à conta dos recursos próprios para atender às despesas da mesma natureza, cuja alocação será feita no início de cada exercício financeiro.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – PAGAMENTO**

5.1. O prazo para pagamento à CONTRATADA e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Edital.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**



SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

**6. CLÁUSULA SEXTA – REPACTUAÇÃO**

6.1. Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato será repactuado, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE, na forma estatuída no Decreto nº 2.271, de 1997, e nas disposições aplicáveis da Instrução Normativa SLTI/MP nº 2, de 2008.

6.2. A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.3. O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.3.1. Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.3.2. Para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.3.3. Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.

6.4. Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada.

6.5. O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

6.6. Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

6.7. Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.7.1. da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**

MJ - Departamento de Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SOPORTE

- 6.7.2. do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);
- 6.7.3. do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;
- 6.8. Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.
- 6.9. Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.
- 6.10. É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.
- 6.11. A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.
- 6.12. Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.
- 6.13. Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a CONTRATADA demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:
- 6.13.1. os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
  - 6.13.2. as particularidades do contrato em vigência;
  - 6.13.3. a nova planilha com variação dos custos apresentados;
  - 6.13.4. indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
  - 6.13.5. índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.
  - 6.13.6. A CONTRATANTE poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela CONTRATADA.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL**  
**MJSP - POLÍCIA FEDERAL**  
**SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**

MJ - Departamento de Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SP/000000

6.14. Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.14.1. a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.14.2. em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.14.3. em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.15. Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.16. A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

6.17. O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos.

6.18. As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

## **7. CLÁUSULA SÉTIMA – GARANTIA DE EXECUÇÃO**

7.1. A CONTRATADA prestará garantia no valor de R\$ 1.399,92 (Mil, trezentos e noventa e nove reais e noventa e dois centavos), no prazo de 10 (dez) dias, observadas as condições previstas no Edital.

7.1. A garantia prevista em edital somente será liberada ante a comprovação de que a empresa pagou todas as verbas rescisórias decorrentes da contratação, e que, caso esse pagamento não ocorra até o fim do segundo mês após o encerramento da vigência contratual, a garantia será utilizada para o pagamento dessas verbas trabalhistas, incluindo suas repercussões previdenciárias e relativas ao FGTS,, conforme estabelecido no art. 19-A, inciso IV, da Instrução Normativa SLTI/MP n. 02/2008 e no art. 2º, §2º, V da Portaria MP n. 409/2016, observada a legislação que rege a matéria.

## **8. CLÁUSULA OITAVA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS E FISCALIZAÇÃO**

8.1. O regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Termo de Referência, anexo do Edital.

## **9. CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

9.1. As obrigações da CONTRATANTE e da CONTRATADA são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**

MJ - Departamento de Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SOCP/PR

**10. CLÁUSULA DÉCIMA – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.**

10.1. As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – RESCISÃO**

11.1. O presente Termo de Contrato poderá ser rescindido nas hipóteses previstas no art. 78 da Lei nº 8.666, de 1993, com as consequências indicadas no art. 80 da mesma Lei, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no Termo de Referência, anexo do Edital.

11.2. Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados, assegurando-se à CONTRATADA o direito à prévia e ampla defesa.

11.3. A CONTRATADA reconhece os direitos da CONTRATANTE em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.4. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

11.4.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

11.4.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

11.4.3. Indenizações e multas.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – VEDAÇÕES**

12.1. É vedado à CONTRATADA:

12.1.1. caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira;

12.1.2. interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da CONTRATANTE, salvo nos casos previstos em lei.

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – ALTERAÇÕES**

13.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

13.2. A CONTRATADA é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

13.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS**

14.1. Os casos omissos serão decididos pela CONTRATANTE, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.666, de 1993, na Lei nº 10.520, de 2002 e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.





**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJSP - POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO**

MJ - Departamento de Polícia Federal  
Fls. nº \_\_\_\_\_

SR/DPP/PE

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – PUBLICAÇÃO**

15.1. Incumbirá à CONTRATANTE providenciar a publicação deste instrumento, por extrato, no Diário Oficial da União, no prazo previsto na Lei nº 8.666, de 1993.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – FORO**

16.1. É eleito o Foro da Justiça Federal de Pernambuco para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não possam ser compostos pela conciliação, conforme art. 55, §2º da Lei nº 8.666/93.

Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes e por duas testemunhas.

Recife, 01 de novembro de 2017

**MARCO AURÉLIO FAVERI**

Ordenador de Despesas

(CONTRATANTE)

**MARCO AURÉLIO FAVERI**  
Superintendente Regional  
SR/DPP/PE - Substituto

**ANDRE FABRICIO ARAUJO-PAIXAO**

(CONTRATADA)

TESTEMUNHAS:

  
**Eunice Moitinho Amaral**  
Agente Administrativo  
SR/DPP/PE  
Mat. 11.996  
**Miguel Farias Pontes**  
Agente Administrativo  
Mat. 12.028



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

**2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 12/2017 – SR/PF/PE**  
**PROCESSO Nº 08400.012146/2017-53**

**SEGUNDO TERMO ADITIVO AO  
CONTRATO Nº 12/2017 – SR/PF/PE  
QUE ENTRE SI CELEBRAM A UNIÃO,  
POR MEIO DA SUPERINTENDÊNCIA  
REGIONAL DE POLÍCIA FEDERAL  
EM PERNAMBUCO E A EMPRESA  
TERRAS SERVICOS COMBINADOS  
EIRELI – EPP, NA FORMA ABAIXO:**

A **UNIÃO**, por meio da Superintendência Regional de Polícia Federal no Estado de Pernambuco, com sede em Recife/PE, situada a Av. Cais do Apolo nº 321 - Bairro do Recife, inscrita no CNPJ/MF sob o número 00.394.494/0033-13, Órgão do Ministério da Justiça, e por meio do Ordenador de Despesas Substituto, o Senhor **CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA**, Delegado de Polícia Federal, Classe Especial, matrícula SIAPE nº 1293445, portador da Cédula de Identidade nº 074369042-IFP e do CPF nº 996.518.747-91, em conformidade com as atribuições que lhe foram delegadas pela Portaria nº 9.554-DG/PF, de 03 de abril de 2019, publicada no Boletim de Serviço nº 066, de 05 de abril de 2019, neste ato designada simplesmente CONTRATANTE, e a empresa **TERRAS SERVICOS COMBINADOS EIRELI – EPP** inscrita no CNPJ/MF sob o nº 69.607.935/0001-37, sediada na Rua Magalhães Filho, Centro, em Teresina/PI, neste ato representada pelo Senhor **ANDRE FABRICIO ARAUJO PAIXAO**, portador da Carteira de Identidade nº 2341316, expedida pela SSP, e CPF nº 009.495.373-22, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, na observância dos termos do Pregão Eletrônico nº 09/2017, resolvem celebrar o presente Termo Aditivo, em conformidade com o constante no Processo nº 08400.012146/2017-53 que será redigido pela Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações, Decreto nº 2.271, de 1997 e IN nº 02/2008/MPOG, e demais legislações correlatas, mediante as seguintes cláusulas:

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO**

O presente Termo Aditivo tem por objeto a repactuação e a prorrogação do prazo de vigência até 01/11/2020 do Contrato nº 12/2017 – SR/PF/PE.

**CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRORROGAÇÃO**

O prazo de vigência do contrato nº 12/2017 fica prorrogado por 12 (doze) meses, compreendendo, desta feita, o período de 01.11.2019 a 01.11.2020.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DOS VALORES DO CONTRATO**

Em decorrência da assinatura do presente termo aditivo, o valor mensal será de **R\$ 2.485,88** (Dois mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e oitenta e oito centavos), perfazendo um valor anual de **R\$ 29.830,56** (Vinte e nove mil, oitocentos e trinta reais e cinquenta e seis centavos), e o valor referente à repactuação é de **R\$ 1.003,50** (Mil e três reais e cinquenta centavos), com isso, o valor total do termo aditivo é de **R\$ 30.834,06** (Trinta mil, oitocentos e trinta e quatro reais e seis centavos).

**CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

As despesas decorrentes do presente Termo Aditivo correrão à conta do Orçamento Geral da União para o exercício de 2019, sob a seguinte classificação: Unidade Orçamentária 0001/200398. Programa de Trabalho 06122211220000001. Fonte de Recurso 0100000000. Elementos de Despesa 3390.37.01.





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

**CLÁUSULA QUINTA - DA PUBLICAÇÃO**

A CONTRATANTE publicará este termo no prazo de até 20 (vinte dias) no Diário Oficial da União.

**CLÁUSULA SEXTA - DA RATIFICAÇÃO**

As demais cláusulas do Contrato em referência permanecem inalteradas e são, pelo presente termo aditivo, ratificadas.

E, por estarem assim justas e contratadas, as partes assinam o presente termo aditivo em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito, sem rasuras ou emendas, o qual depois de lido e achado conforme, perante duas testemunhas, a todo ato vai pelas partes assinado, as quais se obrigam a cumpri-lo.

Recife, 30 de outubro de 2019.

**CARLOS HENRIQUE OLIVEIRA DE SOUSA**

Delegado de Polícia Federal  
Ordenador de Despesas

**ANDRE FABRICIO ARAUJO PAIXAO**

Representante Legal  
(Contratada)

Testemunhas:





SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL  
MJ – DEPARTAMENTO DE POLÍCIA FEDERAL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL EM PERNAMBUCO

Mês	Valor Anterior	Valor Repactuado	Diferença
JAN	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
FEV	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
MAR	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
ABR	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
MAI	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
JUN	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
JUL	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
AGO	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
SET	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
OUT	R\$ 2.385,53	R\$ 2.485,88	R\$ 100,35
		Valor Retroativo	<b>R\$ 1.003,50</b>

Valor Referente à Prorrogação			
Ano	12	R\$ 2.485,88	<b>R\$ 29.830,56</b>

Valor Total do Termo	<b>R\$ 30.834,06</b>
----------------------	----------------------